

José Capela*

p. 159-161

Peça impressionista, exhibe o condão raro de embalar e circunscrever uma etiologia daquilo que foi a colonização portuguesa, fazendo-o a partir da forma como se processou o desmantelamento de um dos marcos físicos mais representativos da sua história, a saber: a Fortaleza de S. João Baptista D'Ajudá, o «Enclave», à sombra de cujas muralhas se haviam abrigado não apenas os traficantes de pessoas como os mesmos escravos na iminência do embarque. Bem à vista, a pequenez dos agentes coloniais em função no local, tudo materialmente reduzido a cinzas pelas chamas lançadas sobre o edifício, em sintonia temporal e física com o desmoronamento do todo colonial.

Se, de um ponto de vista de competência em que preponderava a perspectiva comercial a longo prazo, exponencialmente afirmada e com o maior êxito praticada, conforme testemunham os marcos arquitectónicos portugueses implantados desde o extremo oriente ao extremo ocidente, a leitura aqui exaltada, por antonomásia, tem o condão de nos remeter para a pequenez em que tudo acabou. Sem desmerecer do que foi a razão de templo edificado à eficiência da prática do tráfico de escravos, este o grande suporte da colonização então em curso. O que o reveste de particular afirmação do carácter essencial de elemento vital na mesma colonização. Testemunho levado até ao fim. O abandono da fortaleza pelos Portugueses, com atitudes de comicidade patética, *leitmotiv* para a explanação do que foi e do que representou o Enclave.

Se a tragédia das guerras que puseram fim ao estado colonial encerra em si mesma não apenas um marco histórico mas, por igual, define um tempo e um espaço em que as pessoas envolvidas ultrapassam as suas capacidades de acomodação e se deixam subverter pela irracionalidade, então, não menos que perante o confronto físico, estamos face ao choque visceral entre mundividências cujo carácter ontológico se situava em posições frontalmente opostas.

Em tal contexto, não correspondendo a uma colónia propriamente dita, uma vez que se reduzia a fortaleza implantada na costa atlântica, espaço de soberanias clânicas e estas não menos interessadas no tráfico de escravos do que os Portugueses, por isso mesmo Ajudá terá figurado, pela concentração física e simbólica, lugar privilegiado de expressão de um tipo de colonização cuja marca substantiva se terá fixado nesse mesmo tráfico. O que de

* CEAUP.

um ponto de vista histórico (não apenas historiográfico) se expressou na Fortaleza, isolada na dimensão de edifício sem outra valia mais do que a do armazenamento da mercadoria aguardando embarque. Nem sequer se tendo revestido dos enobrecimentos prestados por terreno onde se hajam desenvolvido feitos bélicos de dimensão histórica.

Não pouca evidência universal foi emprestada a São João Baptista de Ajudá pelo famigerado traficante de escravos, Francisco Félix de Souza, que aí se terá instalado em princípios do século XIX, governador intermitente da fortaleza, inspirador de uma bibliografia de carácter mais literário do que propriamente historiográfico. Sem se demitir do rigor do percurso bibliográfico, aí se distingue *Francisco Félix de Sousa, Mercador de Escravos* publicado em 2004 por Alberto Costa e Silva. Figura de aventura levada a extremo, aspiração de escrita desde a adolescência do autor, não desdenhando botar mão da conjectura, nem por isso deixa de figurar convincentemente o exportador de escravos e o ambiente em que actuou. Tudo girando à volta do mesmo tráfico.

A historiografia já calculou as quantidades homéricas atingidas pela transumância humana a partir daí lançada ao percurso do Atlântico. Mas para além da contabilidade estatística ficaram por circunscrever os quotidianos susceptíveis de matizarem panoramas alargados dos grandes acontecimentos históricos. É o que Jorge Ribeiro contempla com aticismo de antologia. Nomeadamente aquele expresso na displicência mesquinha com que os agentes portugueses, quer em Lisboa quer no local, se confrontaram, primeiro com a decadência, depois com o desmoronamento de marco historicamente tão importante da colonização portuguesa como foi esse na costa atlântica: «Até ministros haverá que desconhecem a singularidade de um padrão com estatuto simbólico tão marcante na civilização [...]». É Portugal a despedir-se dos seus padrões em África, pela boca do «Representante do Império», agora e simplesmente «Residente». A segunda figura do enclave, o Secretário. Governador, é o de S. Tomé e o capelão desempenha a de Intendente. Figuração histórica desconcertante a presença do Residente e do Intendente ainda na Embaixada de França, no dia seguinte ao *quatorze juillet*. Desde o 10 de Junho o representante do Império não mais passara a porta de armas. «Para ele, o corredor dos escravos continua repleto, *ad aeternum*, filas e filas de desgraçados para meditação e registo».

«O Dia da Raça de 1961 em Ajudá mistura insegurança, apreensão, dúvida, medo, solidão e terror, um pouco de cada um e de todos os sentimentos já experimentados nesta praça, dia após dia, ano após ano e – o que se afigura inacreditável – século após século».

Muito bem salientada a missão da Fortaleza na presença e domínio do Português no mundo: «São a sua grandeza e a sua civilização. Com as fortalezas, os Portugueses continuam a imprimir a sua identidade, a desafiar o tempo, a distância e as diferenças de cultura. Não é preciso falar, basta contemplar o que os navegadores trouxeram e construíram».

Finalmente estão à porta militares com edital do governo do Daomé para tomarem conta da Fortaleza. De harmonia com instruções recebidas de Lisboa, o Residente incendeia a Fortaleza, após o que exige a cerimónia do arrear da Bandeira portuguesa.

De alguma maneira, não se tratando de colónia mas exclusivamente de armazém aduaneiro de escravos, eficaz na execução de sua incumbência imediata, suscitadora de pruridos nacionalistas levados ao extremo de desesperos individuais e de uma forma de abandono sem qualquer outro tipo de dignidade, por parte do até então ocupante, mais do que o despejo de uns tantos tambores de gasolina incendiária sobre o imóvel.

O autor, que visitou os locais, pôde aperceber-se de forma senão íntima pelo menos muito próxima, do estertor que foi o do abandono forçado dessa marca da colonização portu-
gue-

sa. Dada a ficção, cultivada pelo Estado Novo, da bondade dessa mesma colonização, em contraste com os restantes abandonos, este foi o reduto imaginário, provavelmente mais apregoadado do que acreditado, que se poderia manter presença meramente física que fosse para além do termo da colonização. Nada restou.

Este *Ajudá* tem o condão de se fixar no momento em que tudo se desmoronou. Detalhes porventura ficcionistas enriquecem o imaginário pobre e medíocre dos ocupantes do castelo nos tempos imediatamente antecedentes ao seu fim, assim matizando quanto sofria de mesquinhez a representação de Portugal.